

---

**PROPOSTA  
DA  
ADMINISTRAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E  
EXTRAORDINÁRIA  
2019**

---



## ÍNDICE

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 22/04/2019.....	2
II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....	3
III. COMENTÁRIO DOS DIRETORES .....	9
IV. DADOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL .....	24
V. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....	61

EMAE – EMPRESA METROPOLITANA  
DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.  
EMPRESA ABERTA  
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42  
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3



**EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.  
EMPRESA ABERTA  
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42  
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3**

A Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Empresa” e/ou “EMAE”) apresenta aos Srs. Acionistas a presente proposta contendo as informações exigidas pela Instrução n° 481 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 17 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Empresa (“AGO”) a se realizar no dia 22 de abril de 2019, às 11h00, na sua sede, localizada na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Conforme previsto no Edital de Convocação para a AGO, serão deliberadas as seguintes matérias: I. Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2018, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário; II. Proposta de destinação de resultados e distribuição de dividendos aos acionistas; III. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e IV. Fixação da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

Apresentaremos a seguir a proposta da administração da Empresa com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO.

## **I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 22/04/2019**

O Conselho de Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral, na forma estatutária e nos termos do artigo 131, da Lei 6.404/76, as seguintes propostas para exame e deliberação:

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

1. Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2018, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário;
2. Proposta de destinação de resultados e distribuição de dividendos aos acionistas; e,
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

### **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

1. Fixação da remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal.
2. Eleição dos membros do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer a qualquer momento até a abertura dos trabalhos da Assembleia Geral, mediante a apresentação de documento de identidade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais informando o respectivo número e, no caso de constituição de procurador, do competente instrumento de mandato com firma reconhecida e outorgado há menos de um ano.

Os documentos pertinentes às matérias que serão apreciadas na Assembleia Geral estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Empresa e, por meio do sistema eletrônico, nas páginas da CVM e da Empresa, na rede mundial de computadores, na forma definida pela Instrução CVM nº 481/2009.

São Paulo, 22 de março de 2019

**Luiz Carlos Lustre**

Presidente do Conselho de Administração

## II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/2009)

### 1. Lucro líquido do exercício. 101,5 milhões

A Empresa encerrou o exercício de 2018 com lucro líquido de R\$ 101.517 mil. Do lucro líquido foi destinado R\$ 5.076 mil para a reserva legal e R\$ 24.110 mil destinados para pagamento do dividendo mínimo, os quais, acrescidos da parcela realizada da reserva de lucros a realizar constituída em períodos anteriores, no valor de R\$ 5.447 mil, resultam na proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 29.557 mil.

### 2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Conforme descrito no item 1 (um) acima, foi proposta a destinação de dividendos aos acionistas de R\$ 29.557 mil, correspondentes ao dividendo mínimo, acrescidos da parcela realizada de lucros a realizar constituída em anos anteriores no valor de R\$ 5.447.

Proposta para distribuição de dividendos	R\$ 29.557 mil
--	----------------

#### Dividendos por ação:

Ordinárias	R\$ 0,75456
Preferenciais	R\$ 0,83001

#### Dividendos por classe de ação:

Ordinárias	R\$ 11.096 mil
Preferenciais	R\$ 18.461 mil

### 3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A proposta de distribuição de dividendos corresponde a 29,12% do lucro líquido do exercício.

### 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

<b>Exercício findo em 2016</b>	<b>R\$ 2.023 mil</b>
Valor por ação:	
Ordinárias	R\$ 0,05164
Preferenciais	R\$ 0,05680

<b>Exercício findo em 2015</b>	<b>R\$ 3.424 mil</b>
<hr/>	
Valor por ação:	
Ordinárias	R\$ 0,08741
Preferenciais	R\$ 0,09615
<hr/>	

**5. Valores, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:**

**a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

O valor bruto dos dividendos, propostos sobre o lucro do exercício findo em 31/12/2018 é R\$ 9.088 mil, sendo:

Dividendos por ação:

Ordinárias	R\$ 0,23200
Preferenciais	R\$ 0,25520
<hr/>	

Dividendos por classe de ação:

Ordinárias	R\$ 3.412 mil
Preferenciais	R\$ 5.676 mil
<hr/>	

**b. Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:**

Prazo para pagamento dos dividendos: 22/07/2019.

Os dividendos devem ser pagos em uma única parcela.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos propostos não terão incidência de atualização e juros até a data prevista para seu pagamento.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A data da declaração será a data da AGO, 22 de abril de 2019.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarado.**

Em 05 de dezembro de 2018, foi declarado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$ 20.469.000,00 (vinte milhões quatrocentos e sessenta e nove mil reais), distribuídos conforme demonstrado no quadro abaixo:

Espécie	Juros sobre o Capital Próprio (valor bruto por ação)	Juros sobre o Capital Próprio (valor líquido por ação)
ON (Ordinárias)	R\$ 0,522551544	R\$ 0,444168812
PN (Preferenciais)	R\$ 0,574806699	R\$ 0,488585694

**7. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Os juros sobre capital próprio foram pagos em 05/02/2019 para os acionistas com posições acionárias em 10/12/2018.

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Lucro ou (prejuízo)	Lucro ou (prejuízo) por ação em R\$	
	R\$	ON	PN
2018	101.516.877,03	2,59162	2,85078
2017	119.145.725,21	3,04166	3,34583
2016	54.979.566,13	1,40357	1,54393

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

Exercício	Provento	Deliberação	Data de Pagamento	Espécie das Ações	Montante do Provento	Valor do provento aprovado por ação
					Aprovado (R\$)	ação
2018	Dividendo	AGO 22/04/2019	22/07/2019	Ordinária	11.096.036,45	0,75456
	Dividendo	AGO 22/04/2019	22/07/2019	Preferencial	18.460.845,04	0,83001
	TOTAL					29.556.881,49
2017	Dividendo	AGO 24/04/2018	30/11/2018	Ordinária	12.493.603,87	0,84959
	Dividendo	AGO 24/04/2018	30/11/2018	Preferencial	20.786.085,66	0,93455
	TOTAL					33.279.689,53
2016	Dividendo	AGO 26/04/2017	30/11/2017	Ordinária	5.977.669,97	0,40650
	Dividendo	AGO 26/04/2017	30/11/2017	Preferencial	9.945.277,71	0,44715
	TOTAL					15.922.947,68

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Foi destinado à reserva legal o montante de R\$ 5.076 mil correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Calculada em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação.

**9. Caso a Empresa possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável. A Empresa não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, será distribuído um dividendo obrigatório de, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos 10 % (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim.



**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Empresa**

**a. Informar o montante da retenção**

Não houve.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Empresa, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Não aplicável

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

**b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

#### **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Artigo 44, parágrafo 2º do Estatuto Social:

A Administração da EMAE poderá propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% (setenta e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado para Constituição das Reservas Estatutárias abaixo discriminadas, sem prejuízo do que trata o artigo 44 deste Estatuto:

I. Reserva para Recomposição de Ativos: destinada à formação de fundo para a realização dos investimentos visando à modernização técnica das usinas da EMAE e, também, para os investimentos necessários às melhorias e expansão;

II. Reserva para Outorga: destinada à formação de fundo para concentrar recursos financeiros exclusivos para que a EMAE dê continuidade às suas atividades, seja pela aquisição onerosa da própria concessão ou de qualquer outra que lhe permita cumprir o seu objeto social.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

R\$ 72.331 mil

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Do lucro líquido foi destinado Constituição de Reserva legal de R\$ 5.076 mil, e R\$ 24.110 mil, como dividendo mínimo obrigatório, a realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 5.447 mil, que serão distribuídos a título de dividendos, adicionados ao dividendo obrigatório; e constituição da reserva para outorga no valor de R\$ 72.331 mil.

#### **15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

#### **16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não há destinação para reserva de incentivos fiscais

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não há destinação para reserva de incentivos fiscais

### **III. COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/2009**

#### **10.1 Condições financeiras/patrimoniais**

##### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Empresa, em decorrência da celebração do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 002/2004, o qual prorrogou as concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes até 2042, nos termos da Lei nº 12.876/2013 (conversão da Medida Provisória nº 579/2012), passou a ter Receita Anual de Geração (RAG) estabelecida por tarifa regulada, remunerando a gestão dos ativos vinculados por meio da disponibilização da energia e potência às distribuidoras de eletricidade no regime de cotas. A tarifa é reajustada anualmente e revisada a cada quinquênio. Em 2018, a primeira revisão tarifária produziu substancial incremento na RAG das Usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, com o ingresso de recursos para realização de melhorias nas Usinas cotistas, parcela denominada GAG Melhorias, onde a RAG consolidada para as Usinas sob a gestão da EMAE, para o ciclo julho de 2018 a junho de 2019, foi homologada em R\$ 345 milhões, representando o incremento de 129% em relação a 2018. Ressaltamos que, em estando no regime de cotas, a Usina repassa as distribuidoras os custos incorridos em função dos encargos setoriais, tributos e o risco hidrológico, e esse fato tem impacto positivo para a Empresa, uma vez que não está exposta aos custos incrementais incorridos por agentes geradores quando necessitam recorrer ao mercado de curto prazo, para comprar energia e honrar seus contratos de venda.

A Empresa, além das receitas operacionais obtidas como concessionária de geração de energia elétrica, tem receitas geradas pela prestação de serviços de operação e manutenção no complexo termoeletrico formado pela UTEs Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia – BSE, bem como na Estação Elevatória Eduardo Yassuda, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O contrato de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga à BSE, registrada nos demonstrativos financeiros como arrendamento mercantil financeiro, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06, tem impacto na geração de caixa da Empresa.

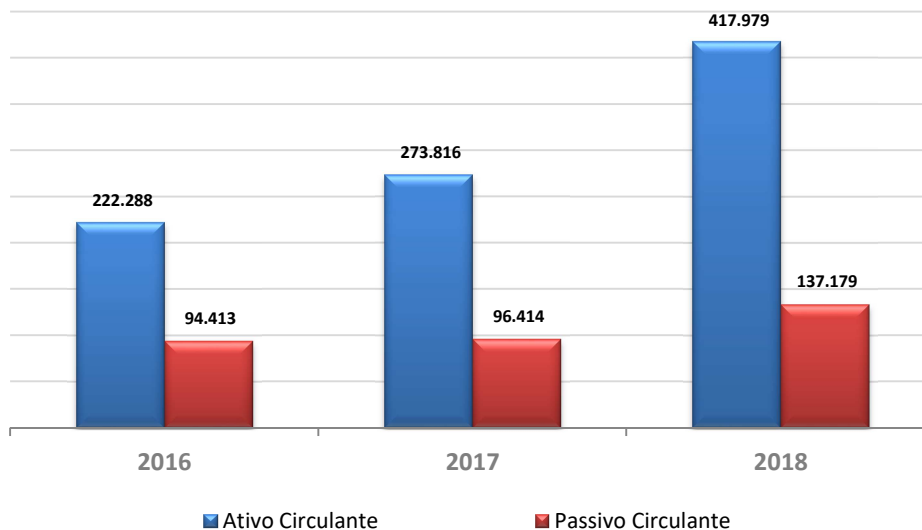
Em 2018, a EMAE, no consolidado, encerrou o exercício com saldo em caixa e equivalentes de caixa de R\$ 232,4 milhões, R\$ 136,2 milhões em 2017 e R\$ 80,3 milhões em 2016. A Empresa encerrou o exercício de 2018 com um Capital Circulante Líquido (Ativo Circ. – Passivo Circ.), de R\$ 281,0 milhões. Esse indicador vem apresentando, nos exercícios anteriores, posição igualmente confortável (R\$ 177,4 milhões em 2017 e R\$ 127,9 milhões em 2016).

Os principais índices financeiros e patrimoniais da Empresa têm se mantido em níveis confortáveis nos três últimos exercícios conforme apresentado na tabela abaixo:

Índice:	2018	2017	2016
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	3,05	2,84	2,35
Liquidez seca ((ativo circulante – estoques) / passivo circulante)	3,03	2,82	2,33
Liquidez imediata (disponível / passivo circulante)	1,69	1,41	0,85
Liquidez geral ((ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante))	2,37	2,51	2,37
Participação de capital de terceiros (capital de 3º / PL)	54,07%	51,86%	55,72%
Composição do endividamento (passivo circulante / capital de 3º)	29,20%	22,68%	23,43%

O índice de liquidez corrente demonstra que a Empresa possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Os índices de liquidez e endividamento geral se encontram em níveis adequados.

A Empresa apresentou, nos três últimos exercícios, condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações. A análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante demonstra que a Empresa possui capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, suas dívidas e outros valores, no entanto, não há como garantir que tal situação permaneça inalterada.



#### **b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**

A Empresa possui uma estrutura de capital equilibrada com relativa baixa participação de capitais de terceiros. O percentual de capital de terceiros em relação ao ativo total da Empresa tem se mantido em valores abaixo de 40% do total (35,09% em 2018, 34,15% em 2017 e 35,78% em 2016), sendo que o percentual de curto prazo (passivo circulante) se manteve abaixo de 25% do total de obrigações nos três últimos exercícios, demonstrando a alocação preponderante das obrigações no longo prazo.

As obrigações da Empresa, no curto e longo prazo, estão detalhadas abaixo:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores.....	6.763	6.923	5.084
Financiamentos.....	6.744	7.312	6.671
Folha de pagamento.....	5.491	6.204	5.382
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	10.177	5.990	6.220
Entidade de previdência a empregados.....	11.956	11.348	32.784
Tributos e contribuições sociais.....	6.309	4.368	4.880
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	-	143
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	27.915	34.473	16.010
Taxas regulamentares.....	5.200	5.504	5.806
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.801	-
Cauções e depósitos vinculados.....	10.638	6.633	6.633
Encargos de uso da rede elétrica.....	199	200	190
Outros passivos.....	9.483	5.658	4.610
	<u>137.179</u>	<u>96.414</u>	<u>94.413</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Exigível a longo prazo			
Financiamentos.....	72.999	78.660	85.054
Entidade de previdência a empregados.....	119.699	80.608	76.914
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	33.323	99.029	77.832
Taxas regulamentares.....	769	769	769
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	58.061	55.269	51.639
Obrigações Especiais - RGR.....	12.601	14.401	16.202
	<u>332.578</u>	<u>328.736</u>	<u>308.410</u>

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto Social, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2018 eram os seguintes:

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero	-	-	2.201.033	9,90	2.201.033	5,96
Outros	-	-	5.572.280	25,05	5.572.280	15,08
<b>TOTAL</b>	<b>14.705.370</b>	<b>100,00</b>	<b>22.241.714</b>	<b>100,00</b>	<b>36.947.084</b>	<b>100,00</b>

O preço por ação da Empresa no fechamento do mês de dezembro de 2018 (EMAE4) foi de R\$ 18,27 representando uma valorização de 100,77 % sobre o valor de R\$ 9,10 no fechamento de 2017.

#### **i. hipóteses de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Empresa além das legalmente previstas.

#### **ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Empresa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar através dos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no item 10.1 a.

A EMAE tem um perfil de dívida confortável em relação às operações da Empresa e sua controlada. Os contratos firmados são:

- BNDES – financiamento captado pela subsidiária integral Pirapora para financiar a implantação da PCH Pirapora, com vencimento em setembro de 2030, cuja amortização está sendo realizada através da geração de caixa das operações do próprio empreendimento; e,
- Fundação CESP – contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, com vencimento em março de 2032.

	<b>Saldo em 31.12.18 (em R\$ mil)</b>	<b>Vencimento</b>
BNDES	79.743	Setembro/2030
Fundação CESP	131.655	Março/2032

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios a Empresa não realizou nenhuma operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimento em ativos, financiando suas operações e investimentos com recursos próprios.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Empresa não vislumbra necessidade de financiar suas operações mediante capital de terceiros, no entanto, em uma eventual necessidade a Empresa poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Empresa já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016:

<b>Descrição</b>	<b>2018 (R\$ mil)</b>	<b>2017 (R\$ mil)</b>	<b>2016 (R\$ mil)</b>	<b>Encargos</b>
Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado	131.655	91.956	109.698	IGP-DI + 5%a.a. +/- déficit/ superávit atuarial
BNDES (*)	79.743	85.972	91.725	TJLP + 1,9%a.a.

(\*) contrato firmado entre Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, e o BNDES, com linha de crédito de R\$98.017 mil.

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

No eventual concurso universal de credores será obedecida a seguinte ordem:

1. Contrato Financiamento da PCH Pirapora – BNDES para Pirapora Energia;
2. Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Não há.

BNDES e Pirapora Energia S.A.

Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito no valor de R\$ 98.017 mil

Garantias da operação:

- Contratos de venda de energia.
- Direitos emergentes da Resolução nº 1.429 da ANEEL.
- Totalidade das ações e respectivos direitos de subscrição de emissão da Pirapora Energia S.A.
- Contas bancárias da Pirapora Energia: manter recursos para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrente do Contrato.

Restrições quanto a:

- Alienação de Controle Societário pela EMAE: vencimento antecipado do contrato.
- Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista na implantação da PCH Pirapora.
- Constituição de penhor ou gravames, sem prévia autorização do BNDES, sobre as garantias da operação a outros credores.
- Incluir em acordo societário, estatuto ou contrato social da Pirapora Energia S.A. restrições à sua capacidade de crescimento ou ao desenvolvimento

tecnológico, ao acesso a novos mercados e à capacidade de pagamento das obrigações financeiras com o BNDES.

#### g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A controlada Pirapora possui contrato de financiamento com o BNDES para a construção da PCH Pirapora, cujos recursos foram integralmente liberados.

#### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo refletem informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Empresa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016, com análises verticais e horizontais e comentários sobre as variações mais relevantes.

ATIVO	31.12.18			31.12.17			31.12.16	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa.....	232.433	17,36%	70,64%	136.214	10,94%	69,68%	80.279	7,13%
Revendedores.....	38.502	2,88%	112,10%	18.153	1,46%	-37,86%	29.211	2,59%
Consumidores.....	-	0,00%	-100,00%	466	0,04%	-88,88%	4.191	0,37%
Ativo financeiro indenizável.....	13.357	1,00%	4035,29%	323	0,03%	0,00%	-	0,00%
Serviços - Canal Pinheiros.....	3.174	0,24%	-8,35%	3.463	0,28%	95,21%	1.774	0,16%
Alienação de bens e direitos.....	-	0,00%	-100,00%	148	0,01%	-43,73%	263	0,02%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar..	2.313	0,17%	73,78%	1.331	0,11%	12000,00%	11	0,00%
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	1.641	0,12%	46,13%	1.123	0,09%	-27,64%	1.552	0,14%
Estoque.....	1.930	0,14%	7,88%	1.789	0,14%	-8,96%	1.965	0,17%
Despesas antecipadas.....	1.577	0,12%	543,67%	245	0,02%	14,49%	214	0,02%
Arrendamento UTE Piratininga.....	85.337	6,38%	7,53%	79.364	6,37%	-6,79%	85.141	7,56%
Ativo financeiro - Sabesp.....	16.129	1,20%	3,76%	15.545	1,25%	0,00%	-	0,00%
Cauções e depósitos vinculados.....	10.999	0,82%	8,25%	10.161	0,82%	-2,03%	10.372	0,92%
Outros créditos.....	10.587	0,79%	92,81%	5.491	0,44%	-24,94%	7.315	0,65%
	<u>417.979</u>	<u>31,22%</u>	<u>52,65%</u>	<u>273.816</u>	<u>21,99%</u>	<u>23,18%</u>	<u>222.288</u>	<u>19,75%</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Realizável a longo prazo								
Arrendamento UTE Piratininga.....	328.676	24,55%	-6,63%	352.015	28,27%	-10,03%	391.257	34,75%
Ativo financeiro - Sabesp.....	91.447	6,83%	-5,64%	96.915	7,78%	0,00%	-	0,00%
Cauções e depósitos vinculados.....	15.597	1,17%	1,70%	15.336	1,23%	-2,97%	15.806	1,40%
Ativo financeiro indenizável.....	62.419	4,66%	16,27%	53.683	4,31%	15,73%	46.386	4,12%
Ativo reversível da concessão.....	195.374	14,60%	-28,49%	273.218	21,94%	-0,75%	275.273	24,45%
Outros créditos.....	281	0,02%	-76,76%	1.209	0,10%	-43,43%	2.137	0,19%
Investimentos.....	1.390	0,10%	0,00%	1.390	0,11%	0,00%	1.390	0,12%
Imobilizado.....	222.987	16,66%	27,51%	174.876	14,05%	3,20%	169.461	15,05%
Intangível.....	2.462	0,18%	-4,09%	2.567	0,21%	45,52%	1.764	0,16%
	<u>920.633</u>	<u>68,78%</u>	<u>-5,21%</u>	<u>971.209</u>	<u>78,01%</u>	<u>7,50%</u>	<u>903.474</u>	<u>80,25%</u>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<u>1.338.612</u>	<u>100,00%</u>	<u>7,52%</u>	<u>1.245.025</u>	<u>100,00%</u>	<u>10,59%</u>	<u>1.125.762</u>	<u>100,00%</u>

O ativo circulante apresentou aumento de R\$ 144,2 milhões, passando de um saldo de R\$ 273,8 milhões em 2017 para R\$ 418 milhões em 2018, principalmente em função do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 96,2 milhões. O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa é consequência, principalmente, dos recebimentos decorrentes do ingresso de recursos para realização de melhorias e do contrato de arrendamento mercantil, além da redução no valor pago para Entidade de Previdência a Empregados em função do prolongamento do prazo para pagamento da dívida.



PASSIVO CIRCULANTE	31.12.18			31.12.17			31.12.16	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
Fornecedores.....	6.763	0,51%	-2,31%	6.923	0,56%	36,17%	5.084	0,45%
Financiamentos.....	6.744	0,50%	-7,77%	7.312	0,59%	9,61%	6.671	0,59%
Folha de pagamento.....	5.491	0,41%	-11,49%	6.204	0,50%	15,27%	5.382	0,48%
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	10.177	0,76%	69,90%	5.990	0,48%	-3,70%	6.220	0,55%
Entidade de previdência a empregados.....	11.956	0,89%	5,36%	11.348	0,91%	-65,39%	32.784	2,91%
Tributos e contribuições sociais.....	6.309	0,47%	44,44%	4.368	0,35%	-10,49%	4.880	0,43%
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	0,00%	-	-	0,00%	-100,00%	143	0,01%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	27.915	2,09%	-19,02%	34.473	2,77%	115,32%	16.010	1,42%
Taxas regulamentares.....	5.200	0,39%	-5,52%	5.504	0,44%	-5,20%	5.806	0,52%
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	0,13%	0,00%	1.801	0,14%	-	-	0,00%
Cauções e depósitos vinculados.....	10.638	0,79%	60,38%	6.633	0,53%	0,00%	6.633	0,59%
Encargos de uso da rede elétrica.....	199	0,01%	-0,50%	200	0,02%	5,26%	190	0,02%
Outras obrigações - GAG Melhoria.....	34.503	2,58%	-	-	0,00%	-	-	0,00%
Outros passivos.....	9.483	0,71%	67,60%	5.658	0,45%	22,73%	4.610	0,41%
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>137.179</b>	<b>10,25%</b>	<b>42,28%</b>	<b>96.414</b>	<b>7,74%</b>	<b>2,12%</b>	<b>94.413</b>	<b>8,39%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Exigível a longo prazo								
Empréstimos e financiamentos.....	72.999	5,45%	-7,20%	78.660	6,32%	-7,52%	85.054	7,56%
Entidade de previdência a empregados.....	119.699	8,94%	48,50%	80.608	6,47%	4,80%	76.914	6,83%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	33.323	2,49%	-66,35%	99.029	7,95%	27,23%	77.832	6,91%
Outras obrigações - GAG Melhoria.....	35.126	2,62%	-	-	0,00%	-	-	0,00%
Taxas regulamentares.....	769	0,06%	0,00%	769	0,06%	-	769	0,07%
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	58.061	4,34%	5,05%	55.269	4,44%	7,03%	51.639	4,59%
Outras obrigações.....	12.601	0,94%	-12,50%	14.401	1,16%	-11,12%	16.202	1,44%
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>332.578</b>	<b>24,84%</b>	<b>1,17%</b>	<b>328.736</b>	<b>26,40%</b>	<b>6,59%</b>	<b>308.410</b>	<b>27,40%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital social.....	285.411	21,32%	0,00%	285.411	22,92%	0,00%	285.411	25,35%
Reservas de capital.....	387.130	28,92%	0,00%	387.130	31,09%	0,00%	387.130	34,39%
Outros resultados abrangentes.....	- 47.857	-3,58%	92,37%	- 24.877	-2,00%	-30,80%	- 35.947	-3,19%
Reservas de lucros.....	244.171	18,24%	41,79%	172.211	13,83%	99,45%	86.345	7,67%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>868.855</b>	<b>64,91%</b>	<b>5,97%</b>	<b>819.875</b>	<b>65,85%</b>	<b>13,41%</b>	<b>722.939</b>	<b>64,22%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.338.612</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,52%</b>	<b>1.245.025</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,59%</b>	<b>1.125.762</b>	<b>100,00%</b>

Em 2018, o passivo circulante aumentou em R\$ 40,8 milhões em função, principalmente, do aumento das obrigações estimadas relacionadas à folha de pagamento, cauções e depósitos vinculados e tributos e contribuições sociais. O patrimônio líquido aumentou em R\$ 49 milhões em razão (i) da Constituição da Reserva Estatutária para Outorga R\$ R\$ 72 milhões, (ii) da redução da reserva de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 23 milhões, (iii) da Constituição de Reserva Legal no valor de R\$ 5 milhões, e (iv) Realização da Reserva de Lucros a Realizar no valor de R\$ 5,4 milhões.

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2018			2017			2016	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b> .....	316.417	100,00%	51,03%	209.510	100,00%	1,41%	206.607	100,00%
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	(255.250)	-80,67%	37,03%	(186.268)	-88,91%	7,25%	(173.682)	-84,06%
<b>(PREJÚZO) LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b> .....	61.167	19,33%	163,17%	23.242	11,09%	-29,41%	32.925	15,94%
<b>Despesas Operacionais</b>								
Despesas gerais e administrativas.....	(39.522)	-12,49%	-3,34%	(40.887)	-19,52%	12,92%	(36.210)	-17,53%
Outras receitas e despesas.....	(20.348)	-6,43%	-115,88%	128.161	61,17%	4326,98%	2.895	1,40%
<b>(PREJÚZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b> ...	1.297	0,41%	-98,83%	110.516	52,75%	28437,44%	(390)	-0,19%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>								
Receitas.....	39.056	12,34%	8,18%	36.103	17,23%	8,39%	33.307	16,12%
Despesas.....	(11.859)	-3,75%	32,83%	(8.928)	-4,26%	-8,73%	(9.782)	-4,73%
Variações monetárias líquidas.....	55.020	17,39%	197,36%	18.503	8,83%	-65,96%	54.351	26,31%
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>82.217</b>	<b>25,98%</b>	<b>79,99%</b>	<b>45.678</b>	<b>21,80%</b>	<b>-41,35%</b>	<b>77.876</b>	<b>37,69%</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>83.514</b>	<b>26,39%</b>	<b>-46,53%</b>	<b>156.194</b>	<b>74,55%</b>	<b>101,58%</b>	<b>77.486</b>	<b>37,50%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>								
Correntes.....	(35.865)	-11,33%	66,40%	(21.553)	-10,29%	20,19%	(17.933)	-8,68%
Diferidos.....	53.868	17,02%	-447,65%	(15.495)	-7,40%	238,84%	(4.573)	-2,21%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>101.517</b>	<b>32,08%</b>	<b>-14,80%</b>	<b>119.146</b>	<b>56,87%</b>	<b>116,71%</b>	<b>54.980</b>	<b>26,61%</b>

## **Receita Operacional Líquida**

No exercício de 2018 a Receita Operacional Líquida da EMAE aumentou significativamente, decorrente dos acréscimos de 63,5% na receita com Cotas de energia elétrica e de 88,0% na Renda de prestações de serviços. O aumento nas Cotas de energia elétrica reflete o resultado da revisão tarifária ocorrido em junho de 2018, principalmente pela implementação na Receita Anual de Geração – RAG de recursos destinados às melhorias das usinas sob sua gestão (Complexo Henry Borden e UHE's Rasgão e Porto Góes), a título de Gestão de Ativos de Geração – GAG Melhorias. Em contrapartida ao ingresso dos recursos da GAG Melhorias, a EMAE assumiu a obrigação de investir em suas usinas cotistas que até 31.12.2018 perfaziam o montante de R\$ 69,6 milhões.

A Renda com prestação de serviços cresceu devido, basicamente, ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção da Usina Termelétrica Piratininga. Em 2018 a EMAE auferiu receita de R\$ 29,6 milhões com o referido contrato (R\$ 14,1 milhões em 2017).

## **Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Gerais e Administrativas.**

Dentre os principais Custos/Despesas, cabe destacar a redução em 2018 de 13,0% verificada no total dos gastos com Pessoal, refletindo a efetividade financeira com a redução gradativa do quadro de empregados, nos últimos exercícios. Em contrapartida, no Custo do Serviço de energia elétrica, destaca-se o aumento vinculado ao uso da rede elétrica que passou de R\$ 4,9 milhões em 2017 para R\$ 19 milhões em 2018, decorrente do início dos contratos de consumo de energia das Usinas Elevatórias de Traição e Pedreira, vigentes a partir da revisão tarifária de julho de 2018. Ressalte-se que os valores pagos pela EMAE, são repassados via RAG do Complexo Henry Borden.

Outro destaque entre os Custos dos Serviços de energia elétrica, que também surgiu no âmbito da revisão tarifária de 2018 é a Provisão da GAG Melhorias no montante de R\$ 70,9 milhões, destinada a realização de investimentos nas usinas cotistas.

## **Outras Receitas e Despesas**

O resultado negativo apurado em 2018, de R\$ 19,7 milhões, ocorreu pela baixa por obsolescência de bens vinculados a estrutura da antiga Usina Edgard de Souza.

## **Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro de 2018 foi de 80% superior ao obtido em 2017, destacando-se a atualização monetária do contrato de arrendamento da UTE Piratininga no montante de R\$ 49,9 milhões (R\$ 16,6 milhões em 2017). O contrato é indexado ao IGP-M que em 2018 variou 7,6% e - 0,5 % em 2017. O Acordo firmado com a Sabesp em 2017 contribuiu, também, da forma relevante para o Resultado Financeiro positivo de 2018. Assim, entre juros e atualização monetária o Acordo contribuiu com R\$ 11,7 milhões (R\$ 4,7 milhões em 2017).

## Lucro Líquido

Como reflexo dos principais fatos econômico-financeiros comentados, a EMAE obteve no exercício findo em 31.12.2018, Lucro Líquido consolidado de R\$ 101,5 milhões (R\$ 119,1 milhões em 2017).

### 10.2. Resultado operacional e financeiro

#### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	Consolidado		
	31.12.18	31.12.17	31.12.16
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			
Fornecimento de energia.....	-	5.492	8.937
Cotas de energia elétrica (a).....	277.240	169.601	175.983
Suprimento de energia - leilão.....	34.207	33.142	31.242
Suprimento de energia - comercializadores.....	454	4.896	2.026
Energia de curto prazo - CCEE.....	834	2.209	613
Renda da prestação de serviços.....	32.517	17.261	9.544
Outras receitas.....	1.763	2.154	1.860
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	14.141	7.957	6.039
	<u>361.156</u>	<u>242.712</u>	<u>236.244</u>

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018:

- (i) aumento na receita com cotas R\$107,6 milhões;
- (ii) aumento na receita com prestação de serviços em R\$ 15,2 milhões;
- (iii) redução na receita suprimento de energia – comercializadores de R\$ 4,4 milhões.

Em 2017:

- (i) aumento na receita com prestação de serviços R\$ 7,7 milhões;
- (ii) diminuição na receita com quota de energia elétrica em R\$ 6,4 milhões;
- (ii) redução na receita de fornecimento de energia de R\$ 3,4 milhões;
- (iii) aumento na receita Suprimento de energia – comercializadores de R\$ 2,9 milhões.

Em 2016:

- (i) aumento na receita com quota de energia elétrica em R\$ 37,2 milhões;
- (ii) aumento na despesa com provisão para riscos trabalhista, cíveis e tributários em R\$ 26,5 milhões
- (ii) redução na despesa com baixa de ativos financeiros indenizáveis.
- (iii) redução na receita financeira de atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil em R\$ 10 milhões;
- (iv) aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 16,2 milhões

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Desde janeiro de 2013, com a vigência da nova regulamentação vinculada à prorrogação das concessões (Lei nº 12.783/2013, que regulamentou a MP nº 579), toda energia e potência das usinas prorrogadas passaram a ser alocadas às distribuidoras de energia elétrica no regime de cotas, sendo remuneradas por tarifas (mercado regulado). A tarifa estabelecida é reajustada anualmente e revisada a cada quinquênio, dessa forma, em julho de 2018, a primeira revisão tarifária resultou no incremento na receita com as cotas de energia elétrica em aproximadamente R\$ 108 milhões, em função do ingresso de recursos para realização de melhorias nas Usinas.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os principais custos e despesas da Empresa estão relacionados com:

- (i) a compra de energia elétrica para revenda – a energia comprada através de contratos de suprimento estão sujeitos a reajuste por índices de inflação (IGP-M, INPC, etc.) e a energia comprada no mercado de curto prazo são adquiridos a valores de mercado.
- (ii) aos encargos de uso da rede elétrica – geralmente são reajustados por índices de inflação, em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 4 ou 5 anos.
- (iii) despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- (iv) o resultado financeiro é impacto pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE.

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 2018, 2017 e 2016 não houve eventos dessa natureza.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não houve.

**10.4 - Mudanças práticas contábeis / ressalvas e ênfase**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Administração da Empresa conclui que não haverá mudanças significativas nas contabilizações.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foram emitidos pela KPMG Auditores Independentes. Os relatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não contêm ressalvas ou ênfases.

**10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela EMAE.**

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração utiliza julgamentos e premissas para a elaboração de estimativas e na aplicação das políticas contábeis e, em consequência, na determinação dos valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas pela Administração, em função novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis, as quais têm efeitos significativos sobre determinados valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas a seguir:

**Arrendamento mercantil:**

A Empresa possui um contrato de arrendamento para terceiros, celebrado em 27 de abril de 2007, o qual foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização de capital e receita financeira.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Empresa realiza análises de seus valores a receber em bases periódicas e constitui, quando necessário, provisões para créditos de liquidação duvidosa quando há evidências de que o crédito poderá não ser realizado.

**Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se a interpretação das disposições da legislação tributária aplicável quanto à inclusão de despesas não dedutíveis e exclusão de receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

**Ativo financeiro indenizável**

Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL, a Empresa tem direito ao recebimento de investimentos realizados após a renovação da concessão, ocorrida em 2012.

#### **Ativo reversível da concessão**

A renovação das concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes ocorreu em 4/12/2012. De acordo com a Lei nº 12.783/13, por ocasião da renovação da concessão, os ativos da concessão devem ser revertidos para a União, mediante indenização. Dessa forma, em 31/12/2015, o custo histórico destes ativos, quando estavam classificados no ativo imobilizado, foi transferido para a rubrica ativo reversível da concessão.

Até 31/12/2018, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto nº 7.850/13, a indenização será determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apuração do VNR (valor novo de reposição) desses ativos.

#### **Entidade de previdência privada**

A obrigação líquida da Empresa dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Empresa na data do encerramento de cada exercício. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Essa estimativa da obrigação líquida da Empresa é atualizada anualmente com base em estudo elaborado por atuário.

#### **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Empresa e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável desse valor possa ser feita.

#### **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet item), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

#### **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**b. natureza e o propósito da operação**

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois, conforme indicado no item 10.8, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

#### **10.8 - plano de negócios**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Com o objetivo de manter a confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos e visando a compatibilizar as necessidades de investimentos, a EMAE investiu, no exercício de 2018, recursos próprios da ordem de R\$ 14,1 milhões nas suas instalações de geração e estruturas hidráulicas.

Os investimentos para o exercício de 2019 foram aprovados na 344ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 14.12.2017, no montante de R\$ 51 milhões.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Reserva para Recomposição de Ativos.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c. novos produtos e serviços.**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

A EMAE continuou trabalhando para o desenvolvimento e implantação de novos negócios. Em 15 de março de 2018, assinou contrato entre EMAE e GASEN em parceria com a SIEMENS para instalação de termelétrica a gás na área da sede da Empresa. A EMAE fornecerá a infraestrutura local com terreno, facilidade de conexão ao gasoduto e com a rede de alta tensão, além de se responsabilizar pelo licenciamento ambiental do empreendimento. O projeto está inserido na Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área da EMAE com potência total de até 2.000 megawatts. Na chamada, foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen e AES Tietê. Atualmente, está em andamento o processo de licenciamento ambiental para todo o empreendimento está sendo conduzido pela EMAE.

Destaque também para processo de requerimento de Intenção de Outorga em trânsito na ANEEL, visando à obtenção de autorização como Produtor Independente de Energia. Nos moldes da Resolução Normativa nº 673/2015, a ANEEL disponibilizará o eixo para concorrência. A EMAE possui direito legal de preferência, visto ser proprietária das terras e ser desenvolvedora do inventário, além do seu papel na operação e controle de cheias reforçarem seu papel preferencial.

A Empresa continua acompanhando o estudo, em conjunto com o Departamento Hidroviário – DH, de integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia. Dentro desse trabalho, formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, o qual foi aceito, permitindo o início do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Por força da lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e suas alterações, a EMAE aplica 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Por esta razão, desde o início do programa (setembro de 2004) até 31/12/2018, a Empresa destinou cerca de R\$ 23,5 milhões em P&D, dos quais R\$ 9,4 milhões para conta de desenvolvimento de projetos, R\$ 9,4 milhões em taxas para o



FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e R\$ 4,7 milhões em taxas para a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério de Minas e Energia, conforme resolução setorial.

No exercício de 2018, foi dada continuidade aos quatro projetos da chamada pública realizada em 2016 e iniciados dois projetos captados na Chamada Pública de 2017, conforme relação abaixo:

Projetos em andamento: Análise Preditiva baseada em Inteligência Artificial para Sistemas Supervisórios de Usinas Hidrelétricas; Análise da variabilidade solarimérica e redução da vida útil de sistemas fotovoltaicos em locais inóspitos: estudo de caso na região do Tietê; Influência da Comunidade Vegetal em Áreas Recobertas por Emulsão Asfáltica; Estudo de Caso da Usina Henry Borden (UHB) – EMAE, e; Impacto ambiental na água do reservatório Billings/SP no controle do crescimento de plantas aquáticas.

Projetos iniciados: Plataforma de monitoramento Hidro ambiental Multiuso, e; Aplicação de Nanobolhas de Gás para verificação do comportamento da taxa de sedimentação e de lodo bem como sua influência na performance de máquinas e equipamento de bombeamento – Estudo de Caso no Canal do Rio Pinheiros.

**10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a acrescentar, devido a todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já terem sido comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.



IV. DADOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.5 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009

**12.5. Relação de indicados a eleição para compor o Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Empresa.**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou número do passaporte	Cargo eletivo	Data da eleição	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nº mandatos consecutivos
Luiz Carlos Lustre	01/04/1935	Engenheiro Civil	837.109.578-34	Cons de Adm (Presidente)	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	0
Ronaldo Souza Camargo	13/09/1958	Arquiteto e Urbanista - Engenheiro de Segurança	994.956.518-91	Cons de Adm (Efetivo)	22/04/2019	2 anos	Sim	Diretor-Presidente	0
Paulo Ferreira	20/04/1940	Engenheiro Civil	068.278.888-00	Cons de Adm (Efetivo)	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	0
Guy de Almeida Andrade	16/05/1954	Contador	771.729.228-91	Conselheiro Independente	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	1
Zevi Kann	29/06/1950	Engenheiro Elétrico	614.552.968-72	Cons de Adm (Efetivo)	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	2
Ronaldo Garcia Barboza	22/09/1965	Administrador	829.270.497-34	Cons de Adm (Efetivo)	22/04/2019	2 anos	Não	Não Possui	2
Jairo Klepacz	12/08/1952	Empresário	419.216.238-53	Conselheiro Independente	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	2
Rita Joyanovic	23/08/1967	Funcionária Pública Estadual	090.433.678-69	Cons de Adm (Efetivo)	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	2
Carlos Antonio Luque	03/05/1947	Economista	078.334.318-34	Cons de Adm (Efetivo)	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	2
Nelson Luiz Rodrigues Nucci	15/05/1937	Engenheiro	34.987.948-68	Cons de Adm (Efetivo)	22/04/2019	2 anos	Sim	Não Possui	3



## CONSELHO FISCAL

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou número do passaporte	Cargo eletivo	Data da eleição	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nº mandatos consecutivos
Fabio Bernacchi Maia	05/03/1971	Administrador	132.883.768-81	C.F. (efetivo)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	3
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek	29/09/1982	Advogada	310.776.268-78	C.F. (efetivo)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	4
Pedro Henrique Giocondo Guerra	13/03/1989	Advogado	062.410.749-38	C.F. (efetivo)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	3
Marco Antonio Castelo Branco de Oliveira	16/04/1942	Advogado	036.913.498-20	C.F. (efetivo)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	3
Wagner Montoro Junior	11/05/1958	Engenheiro	695.120.007-68	C.F. (efetivo)	22/04/2019	1 ano	Não	Não possui	3
André Luis Grotti Clemente	07/08/1974	Economista	261.955.328-86	C.F. (suplente)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	3
Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas	18/09/1977	Advogada	280.992.588-78	C.F. (suplente)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	4
Mario Sergio de Almeida	12/11/1958	Engenheiro	020.817.038-31	C.F. (suplente)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	1
Silvia Maria de Lisboa	10/11/1963	Arquiteta	085.549.288-06	C.F. (suplente)	22/04/2019	1 ano	Sim	Não possui	1
Helena Lopes Basil	05/01/1974	Economista	038.165.927-59	C.F. (suplente)	22/04/2019	1 ano	Não	Não possui	1



## COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO

Nome	Cargo eletivo	Data da eleição	Eleito pelo controlador	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nº mandatos consecutivos
Fábio Aurélio Aguilera Mendes	Comitê de Elegde. E Aconselhto.	22/04/2019	Sim	Não possui	0
Laura Diaz Montiel	Comitê de Elegde. E Aconselhto.	22/04/2019	Sim	Não possui	0
Paula Cristina Nassif Elias de Lima	Comitê de Elegde. E Aconselhto.	22/04/2019	Sim	Não possui	0

a) Currículos:

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### *Dados Pessoais*

**Luiz Carlos Lustre**

CPF: 837.109.578-34

Data de Nascimento: 01/04/1935

Profissão: Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, em 1975.

### *Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência*

#### **Experiência Profissional**

Experiência em planejamento e acompanhamento de projetos e obras de grande porte e de fiscalização de obras em geral, administração do cronograma de produção para a implantação do empreendimento. Análise e gerenciamento de riscos do empreendimento, englobando: qualidade, prazo, custo e meio ambiente; Consultoria e coordenação para elaboração de carta-consulta de financiamento de empreendimentos junto aos bancos financiadores (BNDES e BIRD); Coordenação técnica dos projetos e obras das estruturas e fundações das edificações do Pátio de Vila Sônia – Linha 4 – Amarela do Metrô – São Paulo; Supervisão Técnica da análise e aprovação dos projetos executivos da Ligação Metroviária Campo Limpo à Santo Amaro – Projeto Sul da CPTM; Supervisão das Obras da Ligação Metroviária Capão Redondo à Largo 13 – Projeto Sul da CPTM – Trecho com 7,0 Km de extensão em elevado com 4 Estações, Terminais de Integração e Pátio de Capão Redondo. Consultoria e coordenação técnica dos estudos geotécnicos e obras de estabilização da faixa de dutos do sudeste para Transpetro; Assessor da Presidência e Responsável Técnico da SPOBRAS (São Paulo Obras – SIURB – PMSP), Atuando em consultoria e coordenação de elaboração de carta consulta para financiamento das obras junto aos bancos (BNDES e BIRD). De abril de 2018 a outubro de 2018; Diretor de Projetos e Responsável Técnico da SPOBRAS (São Paulo Obras – SIURB – PMSP), atuando em gerenciamento e fiscalização de projetos da Prefeitura Municipal de São Paulo, direção de elaboração de projetos básicos e executivos nas diversas disciplinas da engenharia; Coordenador de Projetos – Engevix – Coordenação dos Estudos Operacionais do Projeto Básico de Expansão do Metrô do Distrito Federal; Coordenação do Projeto do Túnel Submerso – Santos a Guarujá para a DERSA. De janeiro de 2017 a abril de 2018, exerceu o cargo de Superintendente de Projetos pela São Paulo Obras - SPOBRAS – SIURB PMSP; Coordenação da elaboração do projeto executivo dos túneis no prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho; De 2012 até 2014, exerceu o cargo de Gerente de Projetos pela EMURB – PMSP; Coordenação técnica dos estudos geotécnicos e obras de estabilização da faixa de dutos do sudeste da Transpetro; Coordenação técnica dos projetos executivos de estrutura e fundações das edificações do Pátio de Vila Sônia – Linha 4 – Amarela do Metrô – São Paulo;

Coordenação técnica dos estudos geotécnicos e obras de terraplenagem para ampliação dos pátios da EFC, Lote 3, seis pátios de cruzamento com 4.000m de extensão, para CVRD; Participação dos estudos geotécnicos do Projeto do Rodoanel –Trecho Sul – para DERSA. De 1998 a 2007; Gerenciamento e Fiscalização de projetos e obras da Ligação Metroviária Campo Limpo á Santo Amaro – Projeto Sul da CPTM; Supervisão das Obras da Ligação Metroviária Capão Redondo á Largo 13 – Projeto Sul da CPTM – Trecho com 7,0 Km de extensão em elevado com 4 Estações, Terminais de Integração e Pátio de Capão Redondo, no período de 1998 a 2002; Consultor Autônomo para GRUPO COSAN: de 1996 a 1998; Projeto Básico do Terminal intermodal Rodoferroviário de Piracicaba – Grupo Cosan - Usina Costa Pinto; Projeto Básico para recuperação da infraestrutura e estabilização de taludes de cortes e aterros do Ramal de Piracicaba. Trecho: Americana à Piracicaba com 35 km de extensão. – Grupo Cosan - Usina Costa Pinto, de 1996 a 1997; Gerente de Engenharia - FEPASA Ferrovias Paulista S/A, de 1976 a 1996; Coordenação das atividades de engenharia da empresa, responsável pelo gerenciamento técnico e administrativo nas áreas de Projeto e Obras, e; Elaboração dos programas de investimento da Fepasa.

#### **Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Crítérios de independência**

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistente qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b) controlador direto ou indireto da Empresa:
- c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
- d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### *Dados Pessoais*

##### **Ronaldo Souza Camargo**

CPF: 994.956.518-91

Data de Nascimento: 13/09/1958

Profissão: Arquiteto, Urbanista e Engenheiro de Segurança pela Universidade Braz Cubas, 1980

#### *Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência*

##### **Experiência Profissional**

De 2016 a 2018, no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações do Governo Federal, ocupou o cargo de: Presidente da FINEP (Financiadora de Estudos, Pesquisas e Inovação do Governo Federal) – 2018; Diretor Financeiro de Crédito e Captação da FINEP - 2016 – 2018; Vice-Presidente da FINEP - 2016 – 2018. De 2015 a 2016, no Ministério das Cidades do Governo Federal, ocupou o cargo de: Vice-Diretor do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito); Vice-Presidente do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito); Chefe de Gabinete DENATRAN; Assessor Especial DENATRAN. De 2013 a 2014, na Iniciativa Privada atuou nos seguimentos de Logística, Trânsito e Transportes. De 2009 a 2012, na Prefeitura de São Paulo, foi Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras de São Paulo. De 2006 a 2009, na Prefeitura de São Paulo, foi Secretário Adjunto da SMSP. De 2005 a 2006, na Prefeitura de São Paulo, foi Assessor Chefe de Obras e Serviços da SMSP. De 1976 a 2004, na Empresa de Engenharia de Tráfego de São Paulo, ocupou os cargos de: Diretor de Operações; Superintendente; Gerente de Engenharia de Tráfego; Coordenador de Engenharia; Chefe de engenharia de Campo; Analista de Trânsito; Diretor do Departamento de Operação do Sistema Viário de São Paulo (DSV); Autoridade de Trânsito em 1999.

##### **Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

##### **Critérios de independência**

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistente qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;

- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b. controlador direto ou indireto da Empresa:
- c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
- d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### ***Dados Pessoais***

#### **Paulo Ferreira**

CPF: 068.278.888-00

Data de Nascimento: 20/04/1940

Profissão: Engenheiro Civil – Escola de Engenharia Mackenzie – 1967; Mestre em Engenharia Hidráulica – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – 1982; Doutor em Ciências – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – 2010; *Water Works Engineering Group* (13) – TOKIO – Japão –1978, e; *Legal Issues For Implementing Privatizations – International Law Institute ILI* – Washington – DC – 1994.

### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

#### **Experiência Profissional**

De julho de 2016 a janeiro de 2019, exerceu o cargo de Diretor Administrativo – Financeiro da Telebrás; De 2015 a 2016, foi Secretário Nacional de Saneamento Ambiental no Ministério das Cidades; Membro do Conselho Curador e do Comitê de Investimento do Fundo de Investimento, FGTS - Suplente do CI- FI- FGTS; Membro Titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, representando a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; Membro Suplente do Comitê de Saneamento do Conselho das Cidades - Ministério das Cidades; De dezembro de 1960 a março de 1999, no Departamento de Saneamento Ambiental da SABESP, exerceu os cargos: Superintendente de Projetos, durante seis



anos; Coordenador de Projetos, durante quinze anos; Engenheiro de Planejamento e Controle, durante quatro anos; De fevereiro de 1995 a março de 1999, exerceu o cargo de Diretor Técnico e de Meio Ambiente na SABESP. De março de 1999 a dezembro de 1999, exerceu o cargo de Diretor de Controle de Poluição Ambiental da CETESB. De janeiro de 2000 a maio de 2003, foi Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Desde 1971 é Professor Adjunto de Saneamento Básico na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie; De 1991 a 1993, exerceu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção de São Paulo; De 1986 a 1987, exerceu o cargo de Presidente da Associação dos Engenheiros da SABESP; De 1993 a 1995, exerceu o cargo de Diretor da Revista Engenharia do Instituto de Engenharia de São Paulo; De 1995 a 2013, foi Conselheiro do CREA – São Paulo; Conselheiro da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Conselheiro do Instituto de Engenharia de São Paulo; Vice Presidente de Atividades Técnicas do Instituto de Engenharia de São Paulo; Conselheiro do Instituto Samuel Murgel Branco, e; Conselheiro da Associação dos Bolsistas do Japão – ABJICA. **Principais Trabalhos Publicados:** *Projeto de Adutoras para implantação em condições desfavoráveis* (13º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária – Alagoas); *Critérios de Dimensionamento de Tubulações Flexíveis – Caso dos Conduitos de Adução* (Dissertação de Mestrado – Rev. DAE n.º 117); *Modelo matemático para cálculo de redes complexas – Sistema Adutor Metropolitano de São Paulo – em colaboração – (Rev. DAE n.º 134/83); Geotécnica do Sistema Adutor Metropolitano* (13º Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária – ASSUNCIÓN – ago/1972); e, *Licenciamento Ambiental – Tese – 3º Edição - Editora Saraiva 2019. 2º Edição – Editora Saraiva 2015. 1º Edição - Editora Saraiva 2011.*

### **Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco, até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistem qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
  - d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- e. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
  - f. controlador direto ou indireto da Empresa:
  - g. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
  - h. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
- No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

**Jairo Klepacz**

CPF: 419.216.238-53

Data de nascimento: 12/08/1952

Profissão: Comunicador Social

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

##### **Experiência Profissional**

Conselheiro da Agência de Desenvolvimento Paulista - Desenvolve SP; membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e Sócio Diretor da K-Net. Principais atividades exercidas: Vice Presidente para Assuntos Institucionais da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias – ABRAINC, de 2015 a 2016; Diretor do Sindicato das Empresas do Mercado Imobiliário – SECOVI, de 2012 a 2014; membro do Conselho de Administração da Telemar, de 2006 a 2010; Assessor Especial da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República, de 2007 a 2010 e Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comercio Exterior- MDIC, de 2005 a 2007.

##### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

##### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O

Candidato declara também que inexistem qualquer de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
- j. controlador direto ou indireto da Empresa;
- k. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
- l. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

**Rita Joyanovic**

CPF: 090.433.678-69

Data de nascimento: 23/08/1967

Profissão: Funcionária Pública Estadual

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

##### **Experiência Profissional**

Formada em Administração de Empresas - Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul – 1989; Pós-graduação em Logística-SENAC-2014. Efetivo: Executivo Público Estadual - 20/08/2008; Coordenadora da Coordenadoria de Compras Eletrônicas; Diretora do Departamento de Compras Eletrônicas 28/11/2013 a 19/02/2017; Diretora de Divisão do Centro de Contratações Eletrônicas 09/10/2007 a 27/11/2013. Atividades: Coordenação da gestão do Sistema: Bolsa Eletrônica de Compras BEC/SP; Coordenação de ações e diretrizes que potencializam o poder de compra da Administração Pública do Estado de São Paulo; Gerenciamento do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001/2008; Participação em grupos técnicos de trabalho visando à ampliação dos sistemas eletrônicos de aquisição de bens e serviços no âmbito

do Governo do Estado de São Paulo. Experiência Profissional: Coordenadoria Estadual do Controle Interno na Secretaria da Fazenda 1998 a 2000 - supervisão dos relatórios de auditorias realizadas no Estado; Corregedoria Geral da Administração na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica 1996 a 1998 - correições e apuração de denúncias em órgãos da Administração do Poder Executivo do Estado; Departamento de Auditoria do Estado de São Paulo - 1993 a 1996 - Secretaria da Fazenda - auditoria interna nos órgãos do Poder Executivo do Estado.

### **Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Crítérios de independência**

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistente qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b) controlador direto ou indireto da Empresa;
- c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
- d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### **Dados Pessoais**

**Carlos Antonio Luque**

CPF: 078.334.318-34

Data de nascimento: 03/05/1947

Profissão: Economista

*Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência*

**Experiência Profissional**

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo, mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo e concluiu o doutorado em Economia pela mesma Universidade, no ano de 1982. Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo onde ministra aulas de Introdução à Economia, Macroeconomia e Contabilidade Social. Atuou como professor visitante e pesquisador na University of Califórnia (UC), Berkeley, nos anos de 1985 e 1986. Foi Secretário Adjunto da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo durante o período de 1995/2005. Atualmente é Diretor-Presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE. Em seu Currículo Lattes, os termos mais frequentes são: inflação, economia, emprego, panorama macroeconômico e economia brasileira. Atualmente suas principais áreas de interesse são Crescimento Econômico, Política Fiscal e Avaliação de Políticas Públicas.

**Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Critérios de independência**

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistem qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b) controlador direto ou indireto da Empresa:
- c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:  
No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### *Dados Pessoais*

**Nelson Luiz Rodrigues Nucci**  
CPF: 034.987.948-68  
Data de nascimento: 15/05/1937  
Profissão: Engenheiro

#### *Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência*

##### **Experiência Profissional**

EMPLASA, Superintendente Técnico para a área de Saneamento e Recursos Hídricos; 1979-1983. Consultoria autônoma, especializada nas áreas de Engenharia Hidráulica e Sanitária para varias empresas públicas e privadas; 1983-1987.  
SABESP, Diretor de Planejamento; 1983-1987.  
Membro do Conselho de Política Metropolitana da RMSP.  
Membro do Conselho de Desenvolvimento do PLANEL, Plano de Desenvolvimento do Litoral Paulista; 1987 em diante. Diretor e Sócio da JNS Engenharia, Consultoria e Gerenciamento Ltda; 2007-2011.  
Membro do Conselho de Administração da EMAE.

##### **Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

##### **Critérios de independência**

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistente qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,

- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b) controlador direto ou indireto da Empresa:
- c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
- d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

##### **Zevi Kann**

CPF: 614.552.968-72

Data de nascimento: 29/06/1950

Profissão: Engenheiro Elétrico

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

##### **Experiência Profissional**

Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - 1973-1978.

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN);

- 1979-2007.

Empresa Energética do Estado de São Paulo e na Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica;

- 1998-2011. Presidente e Diretor da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARESP);

- 1999-2003.

Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR);

- 2003-2010.

Diretor da ABAR, responsável pela Câmara Técnica de Gás Canalizado;

- 2005-2016.

Professor em cursos de regulação dos serviços de distribuição de gás canalizado junto a FIPE, ABIDB, FGV, IBP e EPUSP;

- 2011 até 2017.

Sócio da Zenergas Consultoria Empresarial em Energia e Regulação.

### **Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Crítérios de independência**

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistente qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b) controlador direto ou indireto da Empresa:
- c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
- d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### ***Dados Pessoais***

**Ronaldo Garcia Barboza**

CPF: 829.270.497-34

Data de nascimento: 22/09/1965

Profissão: Administrador

### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

#### **Experiência Profissional**



35 anos de experiência no Setor Elétrico;

Eletrobras desde 2008;

- Gerente do Departamento de Governança Corporativa, desde 12/2015

- Gerente da Divisão de Gestão do Desempenho Empresarial e de Projetos Corporativos de 06/2012 a 12/2015;

- Secretaria Geral, em apoio à Diretoria Executiva Conselhos de Administração e Fiscal.

- Analista de Nível Superior; Desde 12/2015 na gerência do Departamento de Governança Corporativa, atuando nos processos de Governança Corporativa no âmbito das empresas Eletrobras; 06/2012 até 12/2015

na gerência da Divisão de Gestão do Desempenho Empresarial e de Projetos Corporativos atuando na gestão do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE das empresas Eletrobras, implantação do

Escritórios Corporativo de Projetos e provimento de informações de gestão empresarial para a alta administração da empresa; 04/2008 Até 12/2015 no apoio ao Secretário Geral, nas atividades relacionadas aos

Conselhos de Administração e Fiscal, além de atuar em trabalhos relacionadas ao Planejamento Estratégico da Eletrobras;

Ampla - Energia e Serviços, na área distribuição, abril de 2008 até hoje.

1981 até 2008 – Cia de Eletricidade do Rio de Janeiro – CERJ e Ampla; 2003 até 2008

– Ampla – Especialista de Controle de Processos Judiciais, Gerente de equipe com aproximadamente 40 colaboradores

responsável pela logística do recebimento, tratamento, execução de serviços ao cliente determinados pela justiça, relatórios gerenciais, na área de concessão da Ampla.

Responsável pela manutenção do sistema de

controle de processos judiciais. Atuou ainda no apoio da elaboração de estratégias da

Diretoria Jurídica para atuação em seus processos, além de prestar consultoria às demais áreas da Empresa em termos de

execução de serviços comerciais para o cumprimento de determinações Judiciais; 2001 até 2003 – Ampla – Gerente na Agência Comercial do Município de Itaboraí,

responsável pela Equipe de Atendimento aos

clientes e serviços de Leitura de medidores de energia; 2001 até 2002 – Ampla – Líder do Apoio Jurídico em São Gonçalo, responsável pela equipe de recebimento,

tratamento, execução de serviços ao cliente

determinados pela, nos Municípios de São Gonçalo, Itaboraí e Rio

Bonito; 1998 até 2000 – Ampla – Gerente do Controle de Perdas em Saracuruna e

Magé, responsável pelas equipes de combate às perdas de energia elétrica nos

Municípios de Duque de Caxias, Magé, Guapimirim

e Cachoeiras de Macacú, locais onde foi pioneiro na montagem de toda a estrutura do órgão após a privatização da Empresa; 1996 até 1998 – CERJ – Gerente da Agência

Comercial de Piabetá, responsável pela

equipe de atendimento e Equipes de Ligação e Corte e religação; 1996 até 1996 – CERJ

– Gerente da Operação e Manutenção em Duque de Caxias, responsável pelos trabalhos de operação e Manutenção do

sistema elétrico de distribuição, no município, na área de concessão da Ampla; 1992 até

1995 – CERJ – Gerente da Operação em Magé, responsável pelos trabalhos de operação do sistema elétrico e manutenção

de iluminação pública nos Municípios de Magé e Guapimirim.

### **Eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Crítérios de independência**

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistente qualquer tipo de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b) controlador direto ou indireto da Empresa:
- c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:
- d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### ***Dados Pessoais***

#### **Guy de Almeida Andrade**

CPF: 771.729.228-91

Data de Nascimento: 16/05/1954

Profissão: Contador

### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

#### **Experiência Profissional**

Contador formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA USP e Administrador de Empresas formado pela Universidade Mackenzie; Possui 40 anos de experiência em auditoria, contabilidade, sistemas de controles internos, sistemas de custeio, avaliação de empresas, impostos e governança corporativa, com treinamento em auditoria em Toronto, Canadá, na firma Dunwoody & Co. – 1984; É sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes; É membro do Comitê de Auditoria do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.; É membro do Nominating Committee da International Federation of Accountants- IFAC, desde janeiro de 2017; É membro do Conselho de Administração da Empresa Müller de Bebidas desde 2009; Foi membro, de 2015 a 2017, do Comitê de Auditoria da Cetip S.A. Mercados Organizados; Foi membro, de outubro de 2016 a março de 2017, do Comitê de Riscos da Cetip S.A. Mercados Organizados; Foi membro do Advisory Board do HSBC Bank Brasil S.A. de outubro de 2014 a julho de 2016, integrando, também, o Comitê de Auditoria; Foi membro do Comitê de Auditoria da Editora Abril S.A. de 2008 a 2016, tendo residido aquele colegiado a partir de 2014; Foi membro do Conselho de Administração do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (de 2009 a 2014), tendo presidido aquele colegiado de 2012 a 2014; Foi Membro do Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. de 2004 a 2014; Foi Consultor do Comitê de Auditoria e Riscos da Embraer S.A. nos anos de 2012 e 2013; Foi membro do Comitê de nomeações da IFAC de 2007 a 2010; Foi membro do Board da IFAC de 2000 a 2006; Foi Chairman do Comitê de Auditoria da International Federation of Accountants- IFAC de 2002 a 2006.

Foi membro do Steering Committee da Revisão Ampla de Governança e Supervisão da Organização das Nações Unidas e de seus Fundos, Programas e Agências Especializadas (2006); Foi Presidente da Diretoria Nacional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (2002/2004); Foi presidente da 5ª Seção Regional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (1996/1998); Foi Vice-presidente de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1994/1995).

### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Critérios de independência**

I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistem qualquer de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
  - d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
- m. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - n. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - o. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - p. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

## CONSELHO FISCAL

### *Dados Pessoais*

**Fabio Bernacchi Maia**

CPF: 132.883.768-81

Data de Nascimento: 05/03/1971

Profissão: Administrador

### *Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência*

#### **Experiência Profissional**

Formado pela Universidade São Judas Tadeu em Administração de Empresas, Pós-Graduado em Administração Contábil e Financeira pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Instituto de Administração (FIA/FEA/USP) e MBA em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); 03/2016 até a presente data – trabalha na Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo – Conselho de Defesa dos Capitais (CODEC), prestando apoio técnico em questões econômico-financeiras, elaborando e revisando manuais de orientação aos Conselheiros Fiscais, elaborando e analisando requerimentos de Governança Corporativa, aplicáveis às empresas de economia mista do estado de São Paulo; 05/2015 à 03/2016 - Gerente de Controladoria Financeira da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU); 11/2013 à 04/2015 - Diretor Administrativo Financeiro da EMTU; 03/2005 – 10/2013 - Gerente de Controladoria Financeira da EMTU; 05/2002 à 03/2005 - Especialista na EMTU;

05/1994 à 05/2002 - Analista Econômico Financeiro na EMTU; 12/1992 à 04/1994 - Assistente Contábil na White Martins Gases Industriais S.A.; 07/1991 à 12/1992 - Escriturário da Unimed Cooperativa de Trabalhos Médicos; 09/1998 à 01/1990 - Escriturário do Banco Real S.A.

### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Critérios de independência**

I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores: O Candidato declara também que inexistem qualquer de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b) controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
- No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### ***Dados Pessoais***

**Fernanda Montenegro de Menezes Rizek**

CPF: 310.776.268-78

Data de Nascimento: 29/09/1982

Profissão: Advogada

***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

**Experiência Profissional**

Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Colaboradora no Programa da Pós Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie: Especialização em Direito Empresarial. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Ensino Superior do Governo do Estado de São Paulo, Assessora do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação e da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos - Gabinete do Governador. É Assessora do Gabinete da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. Atua na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

**Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Critérios de independência**

- III. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistem qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
- a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e, (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
- IV. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### ***Dados Pessoais***

#### **Pedro Henrique Giocondo Guerra**

CPF: 062.410.749-38

Data de Nascimento: 13/03/1989

Profissão: Advogado

### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

#### **Experiência Profissional**

Formação: Direito – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2011; 05/2013 até a presente data – Assessor Especial do Governador; 02/2013 a 04/2013 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, Assistente Técnico II; 2012 a 2013 – Escola de administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Assistente Editorial, Pesquisador em projeto encomendado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) à EAESR sobre burocracia, democracia e políticas públicas, a partir do estudo do PAC 1, Monitor – Disciplina de Teoria Política do curso de graduação em Administração Pública e Governo da EAESP, Pesquisador – pesquisa sobre percepção dos gestores públicos em relação à atuação da Controladoria Geral da União (CGU) nas entidades da administração pública federal, direta e indireta, no Brasil em perspectiva comparada; 2013 a 2014 - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas Monitor – Curso de Direito da Infraestrutura do programa de pós-graduação da Escola de Direito de São Paulo da FGV; 2012 – Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pesquisa da DireitoGV sobre o padrão decisório do Tribunal Federal em sede recursal; 2013 – Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP) – Monitor do curso de Direito Administrativo; 07/2011 a 02/2012 – Barbosa & Spalding Advogados, Consultor Associado; 2010 a 2011 – Wald e Associados Advogados, Estagiário; 01/2009 – Instituto ProBono, estagiário.

#### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistente qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e,  
(ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

**Marco Antonio Castelo Branco de Oliveira**

CPF: 036.913.498-20

Data de Nascimento: 16/04/1942

Profissão: Advogado

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

##### **Experiência Profissional**

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo; Coordenador do Fórum Náutico Sudeste, desde 2016; Membro do Conselho Estadual de Turismo, 2015; Membro do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, desde 2015; Membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, desde 2015; Secretário Executivo do Conselho de Política Energética, desde 2015; Coordenador do Fórum Náutico Paulista, desde 2013; Coordenador da Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento Permanente do Programa SP em Busca das Crianças e Adolescentes Desaparecidos, desde 2012; Chefe de Gabinete da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de SP, desde fevereiro 2015; Secretário Particular e Assessor Especial do Governador de SP, 2012-2015; Presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais, 2008-2011; Membro do Conselho Nacional de Turismo, 2010-2011; Conselheiro da Câmara Empresarial de Turismo da



Federação do Comércio de SP, 2010 - 2011; Diretor da SP Turismo, 2008-2011; Presidente da IPETURIS, 2006-2008; Conselheiro do COMTUR, 2008-2009; Secretário Executivo Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de SP, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 2003-2006; Presidente da Telecomunicações de São Paulo S.A., 1992-1993; Secretário de Planejamento e Coordenação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 1988-1990; Diretor de Industrialização e Comercialização do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1987-1988; Secretário de Estado do Governo de São Paulo para Assuntos Políticos, governo Franco Montoro; Diretor da Empresa de Telecomunicações do Estado de São Paulo – COTESP, governo Abreu Sodré; Chefe de Relações Públicas da Associação Comercial de São Paulo, 1965.

#### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistente qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e, (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
  
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
  - a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

#### **Wagner Montoro Junior**

CPF: 695.120.007-68

Data de Nascimento: 11/05/1958

Profissão: Engenheiro

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

#### **Experiência Profissional**

Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro – 1982; Mestrado em Economia Empresarial pelo IBEMEC - 2004; Pós-graduação em Finanças Corporativas pela FGV e Pós-graduação em Administração Pública, também pela FGV – 1996/1998; Participou do Minerva Program e do Minerva Alumni Program, como aluno da George Washington University, nos Estados Unidos -

2009 e 2012; Na Diretoria Financeira e de Relação com Investidor da Eletrobrás, exerceu os cargos:

Chefe do Departamento de Administração de Investimentos de 2003 a 2004; Chefe da Divisão de análise de Empresas de 2004 a 2005; Chefe da Divisão de Análise de Investimentos em 2005 a 2006; Chefe da Divisão de Estudos Econômicos até final de 2006 a 2007; Chefe do Departamento de Administração de Investimentos de 2007 a 2016; Assessor da Diretoria Financeira e de Relação com Investidor desde janeiro/2017.

### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Crítérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistem qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e, (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
  
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
  - a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### *Dados Pessoais*

#### **André Luis Grotti Clemente**

CPF: 261.955.328-86

Data de Nascimento: 07/08/1974

Profissão: Economista

### *Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência*

#### **Experiência Profissional**

Economista, formado pela Universidade Estadual de Campinas/SP. Pós-Graduado em Economia do Setor Público pela Universidade de São Paulo - USP e mestre em Economia pela mesma Universidade.

Assessor Fiscal no Gabinete do Secretário da Fazenda de São Paulo desde 08/05/2012.

#### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistem qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e, (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
  - a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;

- d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

**Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas**

CPF: 280.992.588-78

Data de Nascimento: 18/09/1977

Profissão: Advogada

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

##### **Experiência Profissional**

Formação: Direito – Faculdades Metropolitanas Unidas FMU - 1995/1999, Pós Graduação Lato Sensu em Direito Público - Escola Superior do Ministério Público - 2006/2008 e Pós Graduação Lato Sensu em Marketing - Escola Superior de Propaganda e Marketing - 2007/2009; Desde jun/13 - Empresa Energética de São Paulo - Assessora Executiva; abril/ 2011 à junho/2013 - Secretaria de Energia do Estado de São Paulo - Assessora Técnica de Gabinete; junho/2007 à abril/2011 - Tubos Ebro Ltda. - Assistente de Diretoria; janeiro/2004 à dezembro/2006 - Complexo Jurídico Damásio de Jesus - Responsável pelo Departamento de Relações Nacionais e Internacionais e Assessora Direta da Presidência; setembro/1998 à agosto/2001 - Forjaz Neto Advocacia - Advocacia nas áreas cível, trabalhista e tributária; junho/1997 à agosto/1998 - Maida Silvestri e Mônica Rezende Advogadas Associadas - Estágio na área jurídica - Área cível.

##### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

##### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistem qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e, (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

**Mario Sergio de Almeida**

CPF: 020.817.038-31

Data de Nascimento: 12/11/1958

Profissão: Engenheiro

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

##### **Experiência Profissional**

Graduação: Engenheiro Mecânico - Industrial – 1983, Universidade Metodista de Piracicaba; Pós Graduação: Engenharia de Segurança Trabalho – 2005, Faculdade de Engenharia de Sorocaba; (09/1985 a 11/2001) - empresa Studio Representações Alimentos Ltda. Função: Sócio gerente; (05/1988 a 06/2006) - empresa Almeida Máquinas Agrícolas Ltda. Função - Sócio gerente; (1992 a 1998) - Presidente Sindicato Comércio Varejista de Itapetininga; (1993 a 2014) - Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; (03/2007 a 03/2010) - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Função - Chefe Gabinete Deputado Estadual Edson Giriboni; (03/2010 a 01/2011) - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Função- Chefe Gabinete da Liderança do Partido Verde (PV); (01/2011 a 05/2014) - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Função - Chefe gabinete; (05/2014 a 01/2015) - Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. Função - Chefe Gabinete; (01/2015 a 02/2018) - Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo. Função- Assessor de Relações Institucionais.

### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistem qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e,  
(ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
  
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
  - a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

#### ***Dados Pessoais***

**Silvia Maria de Lisboa**

CPF: 085.549.288-06

Data de Nascimento: 10/11/1963

Profissão: Arquiteta

#### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

#### **Experiência Profissional**

1986-1989 Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana S.A. - Empresa, Estagiária; 1989-1992 Prefeitura do Município de São Paulo, Administração Regional de Santo Amaro, Assistente Técnico (Assessoria Técnica do Gabinete do Administrador da Região de Santo Amaro, Gerenciamento junto à Supervisão de Uso e Ocupação do Solo, Coordenação do Projeto de Reurbanização e Revitalização do Centro de Santo Amaro em parceria com a Emurb, Membro da Comissão de Estudo da Portaria de Demarcação da Linha de Proteção aos Mananciais, Responsável pela Implantação da Coleta Seletiva na Região de Santo Amaro, bem como em equipamentos sociais); 1993 - 2004 - Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Assistente Técnico da Administração Pública (Programa São Paulo Vidalimento, instituído pelo Decreto 37.739 - 27.10.93, Programa Campo/Cidade - Leite, instituído pelo Decreto 40.036 - 05.04.95, Projeto Estadual do Leite - Vivaleite, instituído pelo Decreto 44.569 - 22.12.99, Projeto Alimenta São Paulo, instituído pelo Decreto 44.801 - 27.03.00, Projeto Vivaleite para Idosos, instituído pelo Decreto 45.014 - 28.06.00, Projeto Restaurante Bom Prato, instituído pelo Decreto 45.547 - 26.12.00, Todos os projetos são desenvolvidos a partir da parceria com 3.800 entidades da sociedade civil sem fins lucrativos na Região Metropolitana e, no Interior, por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e as respectivas Municipalidades. Abrangem, em sua totalidade, aproximadamente 1.000.000 de beneficiários. Gerenciamento da execução dos projetos ao longo de todo o período de forma contínua e sistemática, desenvolvendo suas atividades e atribuições nas funções de Assistente Técnico de Direção, Diretora do Departamento de Abastecimento e Coordenadora de Desenvolvimento dos Agronegócios); 2005 - Prefeitura do Município de São Paulo - Subprefeitura de Pinheiros, Coordenadora de Ação e Desenvolvimento Social (Responsável pela implantação e execução de políticas públicas de inclusão e promoção nas áreas de Assistência Social, Trabalho, Segurança Alimentar, Esporte, Lazer, Cultura, Educação Ambiental e Atendimento Habitacional Emergencial, através de ações próprias e integradas no âmbito da Subprefeitura); 2006 - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento, Assistente Técnico (Monitoramento da Carteira dos Projetos Estratégicos do Governo de São Paulo, com as seguintes atribuições: Monitorar a alocação do recurso orçamentário conforme a programação dos projetos; atuar em conjunto com a Secretaria da Fazenda para garantir um fluxo de recursos compatível com o andamento de cada projeto; assessorar na negociação dos Compromissos de Resultados; assessorar na interlocução com outros órgãos de Governo para garantir o cumprimento das metas estabelecidas; subsidiar tecnicamente a gerência na superação de restrições que possam ocorrer na implementação do projeto; Membro do Conselho Fiscal da Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A e suplente do Conselho Fiscal da Codasp - Empresa de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo; Participação nos Grupos de Trabalho que desenvolvem os seguintes programas e projetos: Redesenho do PPA - Plano Plurianual do Estado, Sigplan - Sistema de Informações Geográficas para o Planejamento Metropolitano e do GIP - Gestão Integrada e Participativa). 2007- 2011 - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Gestão Pública, Assistente de Coordenador (Diretoria de Racionalização Administrativa - Acompanhamento de projetos de modernização e reestruturação de departamentos e estruturas governamentais, destacando a Coordenação do projeto de Modernização do Detran - Departamento de Trânsito do Estado de São Paulo; Membro da Comissão organizadora do Prêmio Mário



Covas nos anos de 2008/2009/2010; Desenvolvimento e implementação da reestruturação da própria Secretaria de Gestão Pública na implantação da Diretoria de Racionalização Administrativa); 2011- 2015 - Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Logística e Transporte, Assessora Técnica (Coordenadora do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - Membro do Grupo de Acompanhamento e Monitoramento de Contratos, Membro do Conselho da Secretaria de Turismo e do CEDATT - Conselho Estadual para Diminuição dos Acidentes de Trânsito e Transportes; Participação no Grupo de Trabalho do Programa de Segurança Viária; Função de Coordenar as atividades desenvolvidas setorialmente e as diretrizes gerais definidas no âmbito da Secretaria de Planejamento e da Secretaria da Fazenda, contribuindo para o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas, bem como para garantir a execução orçamentária das unidades).

### **Declaração de eventuais condenações**

O Candidato declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

### **Crítérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistente qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e, (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:
  - a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
  - b. controlador direto ou indireto da Empresa;
  - c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
  - d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade

controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

### ***Dados Pessoais***

#### **Helena Lopes Basil**

CPF: 038.165.927-59

Data de Nascimento: 05/01/1974

Profissão: Economista

### ***Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência***

Eletrobras (Dez/2016 até o momento) – Gerente de Operações Financeiras. Gerenciar as atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, administrar o fluxo de caixa e aplicação de recursos financeiros; Eletrobras (Dez/06 – Nov/16) – Gerente da Divisão de Tesouraria. Manter relacionamento com bancos e instituições financeiras, Providenciar a realização de todos os pagamentos, Monitorar o demonstrativo diário de entradas e saídas de recursos de contas correntes, administrar a participação em leilões de câmbio, providenciar a conciliação bancária associadas às contas correntes; Eletrobras (Mar/04 – Nov/06) – Analista. Monitorar e realizar faturamento da carteira de empréstimos concedidos; Centro Brasileiro de Infra Estrutura (Jan/00 – Fev/04) – Analista e realizar pesquisas no setor de energia; SR Rating (Mar/96 – Dez/99) – Analista. Analisar a carteira de clientes instituições financeiras.

#### **Declaração de eventuais condenações**

A Candidata declara que durante os últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Critérios de independência**

- I. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau, relacionados a administradores da EMAE, controladas ou controladores. O Candidato declara também que inexistem qualquer grau de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
  - a. administradores do emissor;
  - b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
  - c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
  - d. (i) administradores do emissor e, (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
- II. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;
- b. controlador direto ou indireto da Empresa;
- c. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas;
- d. dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

No quesito de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores e a sociedade controlada, direta ou indiretamente ou controlador direto ou indireto, o candidato declara que não há qualquer relação.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

*i. qualquer condenação criminal*

*ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas*

*i. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer*

Os Conselheiros de Administração e Fiscal declaram que não há qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou, condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Membros do Conselho de Administração (exercício 2018)	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Mario Engler Pinto Junior– Presidente	12	83,3%
Jairo Klepacz- Conselheiro (Conselheiro Independente)	12	91,6%
Rita Joyanovic- Conselheira (eleita por controlador)	12	100,0%
Carlos Antonio Luque - Conselheiro (eleito por controlador)	12	91,6%
Marcio Rea - Conselheiro (eleito por controlador)	12	91,6%

Nelson Luiz Rodrigues Nucci - Conselheiro (eleito por controlador)	12	100,0%
Luiz Carlos Ciocchi - Conselheiro (eleito por controlador)	12	100,0%
Zevi Kann - Conselheiro (eleito por controlador)	12	100,0%
Ronaldo Garcia Barboza - Conselheiro (eleito preferencialista)	12	100,0%
Ricardo Vassão dos Santos - Conselheiro (representante dos empregados)	12	100,0%

<b>Membros do Conselho Fiscal (exercício 2018)</b>	<b>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</b>	<b>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</b>
<b>Efetivo</b>		-
Fabio Bernacchi Maia (eleito por controlador)	8	100%
Marco Antonio Castello Branco (eleito por controlador)	8	100%
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek (eleita por controlador)	8	100%
Pedro Henrique Giocondo Guerra (eleito por controlador)	8	100%
Wagner Montoro Junior (eleito preferencialista)	8	100%
<b>Suplente</b>		
André Luiz Grotti Clemente (eleito por controlador)	8	0%
Paola Sanches Vallejo de Moraes Forjaz (eleita por controlador)	8	0%
Mario Sergio de Almeida (eleito por controlador)	8	0%
Silvia Maria de Lisboa (eleito por controlador)	8	0%
Helena Lopes Basil (eleito preferencialista)	8	0%

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

<b>Membros do Comitê de Elegibilidade (exercício 2018)</b>	<b>Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</b>	<b>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</b>
Antônio Fazzani Bina	3	100%
Almir Fernando Martins	3	100%
Cláudio Tucci Junior	3	100%

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

*a. administradores do emissor*

***b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor***

***c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor***

***d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor***

Não aplicável, por não existir relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre administradores da Empresa, controladas e controladores.



**12.10. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da Empresa e:**

- e) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:  
 f) controlador direto ou indireto da Empresa:

Identificação	CPF/CNPJ	Cargo/Função	Pessoa Relacionada	CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Fabio Bernacchi Maia	132.883.768-81	Conselheiro Fiscal	Cosp - Empresa De Seguros Do Estado De São Paulo	62.088.042/0001-83	Subordinação	Controlador Direto
		Gerente de Controladoria Financeira	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU	58.518.069/0001-91	Subordinação	Controlador Direto
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek	310.776.268-78	Assessora Executiva	CESP – Empresa Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto
Pedro Henrique Giocondo Guerra	062.410.749-38	Assessor Técnico de Gabinete	Secretaria de Governo	46.393.500/0005-65	Subordinação	Controlador Direto
Marco Antonio Castelo Branco de Oliveira	036.913.498-20	Conselheiro Fiscal	CESP – Empresa Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto
André Luis Grotti Clemente	261.955.328-86	Agente Fiscal de Rendas	Secretaria da Fazenda	46.377.222/0002-00	Subordinação	Controlador Direto
Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas	280.992.588-78	Assessora Executiva	CESP – Empresa Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto
Mario Sergio de Almeida	020.817.038-31	Assistente	SABESP - Empresa de	43.776.517/0001-80	Subordinação	Controlador



		Executivo de Direto	Saneamento Básico do Estado de São Paulo			Direto
Silvia Maria de Lisboa	085.549.288-06	Conselheira Fiscal	CETESB - Empresa Ambiental do Estado de São Paulo	437.764.910.001-70	Subordinação	Controlador Direto
		Assistente Administrativa	Empresa de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp	62.577.929/0001-35	Subordinação	Controlador Direto

**g) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

Não há influência relevante de fornecedor, cliente, devedor ou credor no âmbito na Empresa.

**h) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Empresa, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

Não há influência relevante de fornecedor, cliente, devedor ou credor no âmbito na Empresa.

## **V. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ARTIGO 13 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**

### **13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

#### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A remuneração dos administradores da EMAE (conselheiros e diretores) e dos membros do Conselho Fiscal é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Empresa, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, e estão sujeitas à aprovação em assembleia geral.

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, com a utilização de paradigmas de gestão privada e de governança corporativa. Por outro lado, são observadas, na fixação da remuneração dos Diretores estatutários, as limitações legais decorrentes do teto fixado para o Governador do Estado. Excetua-se deste teto, a remuneração de Diretor eleito e que seja empregado da EMAE, o qual poderá optar pela remuneração do Plano de Cargos e Salários da Empresa.

Estabelecida a remuneração dos Diretores estatutários, conforme política e prática acima descrita, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais aplicados sobre a remuneração destes diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal.

Conforme comentado, a Diretoria Executiva pode ser composta por diretores estatutários e não estatutários (empregados). Os diretores estatutários tem sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios. O diretor não estatutário pode optar por manter os vencimentos previstos na estrutura salarial da Empresa, sendo sua remuneração composta de salário, gratificação de função, gratificação de férias prevista em Acordo Coletivo, Gratificação de Natal (13º salário) e participação nos resultados (PRR).

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e Gratificação anual.

#### **b. composição da remuneração, indicando:**

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.**



- Remuneração fixa: honorários mensais aplicáveis aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

*Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho) em consonância com as diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.*

- Bônus: aplicáveis aos diretores estatutários  
*O objetivo é remunerar os diretores estatutários pelo resultado e distribuição de dividendos aos acionistas, ainda que sob a forma de juros sobre capital próprio. A distribuição de bônus é limitada a 6 (seis) vezes o valor da remuneração mensal e a 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre capital próprio pagos pela Empresa, prevalecendo o que for menor.*
- Participação nos resultados (PRR): aplicáveis somente ao empregado que ocupe função de Diretor quando este fizer opção pelos vencimentos da estrutura salarial da Empresa, conforme item 13.1 a.  
*A PRR é estruturada em um conjunto de metas a serem atingidas pelos empregados durante o ano. Os valores relacionados a esse programa são distribuídos após apuradas as metas e submetidas à aprovação final do Conselho de Administração, sendo depois encaminhados para conhecimento do CODEC.*
- Gratificação anual: aplicável aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.  
*Trata-se do pagamento de uma gratificação equivalente a um honorário mensal, calculado “pro rata temporis”, no mês de dezembro de cada ano, com o objetivo de estabelecer similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista, uma vez que o vínculo mantido com os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Estatutária é de natureza estatutária. No caso de diretor não estatutário, optante pela estrutura salarial da Empresa, há o pagamento do décimo terceiro salário na mesma época dos demais empregados.*
- Benefícios: aplicáveis somente à Diretoria Executiva.  
*Sendo concedido aos diretores estatutários vale refeição, assistência médica hospitalar e odontológica e descanso anual de 30 dias corridos (com característica de licença remunerada), com pagamento de adicional correspondente a um terço dos honorários mensais. Os benefícios concedidos aos diretores não estatutários são os previstos em Acordo Coletivo de Trabalho.*

**ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total.**

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretores Estatutários
Remuneração fixa/Grat. Anual	100,00%	100,00%	62,6%
Bônus (*)	N/A	N/A	29,00%
Participação no resultados (*)	N/A	N/A	N/A
Benefícios	N/A	N/A	8,4%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**

Compete ao CODEC orientar o voto do Estado, acionista controlador, nas assembleias que fixam o montante da remuneração dos administradores estatutários e dos conselheiros fiscais, bem como definir os benefícios de qualquer natureza. No caso de diretor não estatutário, o reajuste está submetido aos ditames previstos na CLT e nos Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as Entidades Representativas dos Trabalhadores (Sindicatos), quando optar por esse regime.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração.**

A adoção é justificada pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da empresa, incentivando o bom desempenho pessoal e valorizando suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Empresa e entender o mercado em que ela se insere. Com o avanço do conceito de governança corporativa, é exigida participação ativa e propositiva em relação aos negócios sociais.

**v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existem membros nesta condição.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**

Para estabelecimento da remuneração fixa e do abono anual, o CODEC leva em consideração a responsabilidade, competência, reputação profissional, o tempo dedicado ao exercício das funções e o valor dos serviços no mercado.

As condições para determinação do valor do bônus aos diretores estatutários são a apuração de lucro e a distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas.

As condições para determinação do valor da participação nos resultados aos diretores não estatutários decorrem do diretamente no atingimento de metas definidas com as entidades representativas (sindicatos) dos empregados. Compete ao CODEC, acompanhar as metas propostas.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**

A remuneração fixa é estabelecida pelo Acionista Controlador, baseando-se em valores de mercado e é igual para todo corpo diretivo estatutário. A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, para o qual são definidas metas para o desempenho da Empresa, cujo atingimento resulta em prêmio, dentro dos limites estabelecidos para cada programa, tanto para os diretores estatutários como para os não estatutários. Não existem metas individuais.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**

A política de remuneração se alinha aos interesses da Empresa na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais externos ao respectivo quadro de pessoal, dotados de competência, experiência e motivação necessários ao exercício da função diretiva, com reflexos no desempenho empresarial da Empresa.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não houve remuneração suportada por subsidiária.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não aplicável.

### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019- Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	20,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				0,00
Salário ou pró-labore	968.402,69	953.863,84	274.876,50	2.197.143,03
Benefícios diretos e indireto		60.552,13		60.552,13
Participações em comitês				0,00
Outros	193.680,54	267.081,88	54.975,30	515.737,72
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		613.746,73		613.746,73
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR.		
Pós-emprego	0	0	0	0,00
Cessação do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações	0	0	0	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.162.083,23</b>	<b>1.895.244,58</b>	<b>329.851,80</b>	<b>3.387.179,61</b>
<b>Observação</b>	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2019. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%. A quantidade de membros do conselho esta definida em Estatuto e está composta de 11 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho. Dois (2) membros do Conselho atuam no Comitê de Auditoria e são remunerados pelo valor do Comitê.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2019. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2019. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	

### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	20,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				0,00
Salário ou pró-labore	968.402,69	953.863,84	274.876,50	2.197.143,03
Benefícios diretos e indireto		60.552,13		60.552,13
Participações em comitês				0,00
Outros	193.680,54	267.081,88	54.975,30	515.737,72
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		613.746,73		613.746,73
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR.		
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.162.083,23</b>	<b>1.895.244,58</b>	<b>329.851,80</b>	<b>3.387.179,61</b>
<b>Observação</b>	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2018. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%. A quantidade de membros do conselho esta definida em Estatuto. A partir de 2018 ela esta composta de 11 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho. Dois (2) membros do Conselho atuam no Comitê de Auditoria e são remunerados pelo valor do Comitê.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2018. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2018. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	20,00
<b>Remuneração fixa</b>				0,00
Salário ou pró-labore	669.175,00	1.033.503,50	253.256,99	1.955.935,49
Benefícios direto e	0	136.256,78	0	136.256,78
Participações em	0	0	0	0,00
Outros	133.835,00	289.380,98	50.651,40	473.867,38
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
<b>Remuneração</b>				
Bônus	0	474.393,60	0	474.393,60
Participação de	0	0	0	0,00
Participação em	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR.		
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>803.010,00</b>	<b>1.933.534,86</b>	<b>303.908,39</b>	<b>3.040.453,24</b>
<b>Observação</b>	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2017. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2017. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2017. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	



### 13.2 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(Valores em R\$)

#### Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2019 - valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	20
Bônus	11	4	0	20
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	654.663,17	N/A	654.663,17
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	654.663,17	N/A	654.663,17
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a Empresa efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela Empresa, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.



(Valores em R\$)

**Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2018 - valores anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	20
Bônus	0	4	0	4
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a Empresa efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela Empresa, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.





(Valores em R\$)

**Remuneração variável - exercício social corrente 2017 - valores anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	4	5	20
Bônus	0	4	0	4
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a Empresa efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos pela Empresa, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	4
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	4
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

**Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	4
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

**Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente (2019)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

**Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente 2018**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

**Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos  
exercícios sociais e do exercício social corrente  
2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

**13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**  
Não há remuneração baseada em ações.

**13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não há opções de ações.

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

Não há remuneração baseada em ações.

- |    |   |     |
|----|---|-----|
| a. | modelo de precificação  | n/a |
| b. | dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco | n/a |
| a. | método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado  | n/a |
| b. | forma de determinação da volatilidade esperada  | n/a |
| c. | se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo  | n/a |

**13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

Conselho de Administração – 1 ação preferencial.

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

A empresa não oferece plano de previdência para os diretores estatutários ou membros dos conselhos.

a. órgão

Não aplicável

b. número de membros

Não aplicável

c. nome do plano

Não aplicável

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Não aplicável

e. condições para se aposentar antecipadamente

Não aplicável

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável

a. órgão	Não aplicável
b. número de membros	Não aplicável
c. nome do plano	Não aplicável
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não aplicável
e. condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não aplicável



### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais remuneração(Reais)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<b>Nº de membros</b>	4	4	4	11	11	15	5	5	5
<b>Valor da maior</b>	4	4	4	11	11	15	5	5	5
<b>Valor da menor</b>	372.776,81	372.776,81	372.776,81	96.361,20	96.361,20	96.361,20	64.240,80	64.240,80	64.240,80
<b>Valor médio</b>	372.776,81	372.776,81	372.776,81	96.361,20	96.361,20	96.361,20	64.240,80	64.240,80	64.240,80

**13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não há mecanismos de remuneração ou indenização. Após cessação do exercício dos cargos de Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	2018	2017	2016
<b>Conselho de Administração</b>	68,00%	68,00%	80,80%
<b>Diretores Estatutários</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Conselho Fiscal</b>	80,00%	80,00%	80,00%

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não houve remuneração a quaisquer dos membros fora da função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não há Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

**13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações julgadas relevantes.